

Política de **Privacidade Interna**

Nome Documento

Elaboração

Revisão

Versão

V01

V02

Editor

Multicom

FTR

Multicom.net

Sumário

1.	Compromisso Multicom com a privacidade e proteção dos dados	3
2.	Escopo	3
3.	Definições	4
4.	Diretrizes seguidas pela Multicom	6
5.	A multicom como agente de tratamento	7
6.	Dados pessoais tratados pela Multicom internamente	8
7.	Finalidades para o tratamento de dados pessoais e sensíveis	8
8.	Do tratamento dos seus dados pessoais	10
9.	Do armazenamento, compartilhamento e transferência internacional dos dados	11
10.	Seus direitos como titular de dados	12
11.	Deveres específicos dos colaboradores da Multicom	13
12.	Encarregado de dados DPO – data protection officer	14
13.	Segurança dos dados e classificação das informações	15
14.	Monitoramento	15
15.	Normativas aplicáveis	16
16.	Da melhoria contínua Revisões e aprovações	16

Compromisso Multicom com a privacidade e proteção dos dados

A Multicom reconhece e valoriza o direito fundamental à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus colaboradores. Esta política foi desenvolvida para assegurar que todos os dados pessoais tratados pela empresa sejam geridos com a máxima responsabilidade, segurança e transparência. Estamos comprometidos em adotar as melhores práticas de governança de dados, garantindo que a privacidade dos colaboradores seja preservada em todas as fases do ciclo de vida dos dados, desde a coleta, uso, armazenamento até o descarte seguro.

Esta política está integrada com a Política de Segurança da Informação e Privacidade (PSIP) da Multicom, assegurando uma abordagem coesa para a proteção de dados pessoais e a segurança da informação em todas as operações da empresa.

Todo tratamento de dados pessoais realizado pela Multicom deve estar estritamente em conformidade com as bases legais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A empresa adere aos princípios de boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilidade, garantindo que os dados sejam tratados de maneira ética e segura. Sempre que viável, a Multicom aplicará técnicas de anonimização e pseudoanonimização, priorizando a mitigação de riscos e a proteção dos direitos dos titulares.

Escopo

A Política de Privacidade da Multicom aplica-se a todos os colaboradores internos e externos, prestadores de serviço, e quaisquer outras pessoas que, em qualquer momento, acessem, utilizem ou estejam sob custódia de informações da empresa. Isso inclui o uso de recursos computacionais, serviços de dados ou bases de dados da Multicom, independentemente de onde o trabalho seja realizado.

A Multicom estabelece esta Política de Privacidade Interna como um conjunto de princípios, diretrizes e procedimentos obrigatórios para todos os colaboradores, prestadores de serviço e terceiros. Estes devem ser rigorosamente seguidos, tanto em atividades realizadas internamente quanto em operações externas, sempre que houver uso de informações ou do ambiente de processamento de dados mantidos pela Multicom.

Definições

Apresentamos a seguir a definição de termos essenciais para a melhor compreensão dessa política, sem prejuízo do estabelecido no arts. 5º, 6º e demais dispositivos da Lei nº 13.709/2018 [LGPD]:

Privacidade e Proteção de Dados Pessoais ("Privacidade")	Consiste no compromisso da organização com o direito fundamental à privacidade do indivíduo, traduzido na aplicação de medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção de dados pessoais e sensíveis no Brasil, conforme os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD")	Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira federal que estabelece regras para tratamento de dados pessoais.
Segurança da Informação	Aplicação de controles para proteção da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação em qualquer formato (físico ou digital) de acordo com sua relevância para o cumprimento dos objetivos de negócio e das responsabilidades legais da Multicom.
Segurança Cibernética	Aplicação de medidas técnicas com objetivo de proteger a informação armazenada por meio digital, incluindo servidores, computadores, smartphones, sistemas, e-mails, bancos de dados, estando estes armazenados localmente ou em nuvem.
Finalidade	Objetivo que se pretende alcançar com o tratamento dos dados pessoais.
Consentimento	Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. O consentimento pode ser revogado posteriormente a qualquer momento, mas a revogação não cancela os processos realizados previamente.
CID (triângulo)	Confidencialidade, integridade e disponibilidade, popularmente chamado de triângulo CID, os três principais princípios de Segurança da Informação.
Confidencialidade	Confidencialidade, integridade e disponibilidade, popularmente chamado de triângulo CID, os três principais princípios de Segurança da Informação.
Integridade	Característica que preza que ativos de informação devem ser mantidos íntegros, válidos, livres de adulteração e não corrompidos.
Disponibilidade	Característica que preza que as informações devem estar disponíveis para indivíduos e sistemas que delas precisem para cumprir com suas atividades e tarefas em nome dos objetivos de negócio da organização.

Autenticidade	Princípio adotado para confirmar a identidade dos usuários antes de liberar acesso a sistemas, e-mails e recursos computacionais, minimizando riscos de acessos não autorizados. A autenticidade requer validação de usuários, dispositivos, serviços e conexões para acessar e transmitir informações. Mecanismos básicos incluem logins e senhas, com opções como autenticação biométrica ou por tokens. A combinação de dois ou mais fatores, como senha e token no smartphone, é chamada de autenticação multifatorial (MFA).
Dado Pessoal	Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Exemplos: nome, sobrenome, data de nascimento, CPF, RG, CNH, sexo, endereço, e-mail, telefone etc.
Dado Pessoal Sensível	Informações de caráter íntimo, pessoal e que podem levar a discriminação do indivíduo. Exemplos: dados sobre a saúde (prontuários, exames, laudos cirúrgicos etc.) genéticos, biométricos, referentes a origem racial ou étnica, convicção religiosa ou política e referentes a vida sexual.
Dado pseudo-anonimizado	Dados que estão aparentemente anonimizados, mas podem identificar o titular caso alguma informação seja complementada. Exemplos: informações que combinadas possam levar à identificação do indivíduo.
Dado Anonimizado	Qualquer dado relacionado a um indivíduo, mas que não possa identificá-lo.
Anonimização	Processo pelo qual um dado pessoal se torna anonimizado, ou seja, um dado pessoal que, inicialmente, era ligado a uma pessoa individualizada, mas que passou por processos que o desvincularam totalmente dessa pessoa de maneira irreversível, a considerar os meios tecnológicos disponíveis no momento.
Titular dos Dados	Pessoa física (natural) a quem pertencem os dados pessoais.
Tratamento de Dados	Toda e qualquer operação realizada com um dado pessoal, incluindo acesso, coleta, produção, recepção, classificação, utilização, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, armazenamento, eliminação, modificação, comunicação, transferência etc.
Transferência Internacional de Dados	Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
Agentes de Tratamento	Pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que realizam tratamento de dados pessoais.
Controlador	Agente de tratamento que toma decisões referente ao tratamento dos dados pessoais.
Operador	Agente de tratamento que efetivamente trata os dados pessoais, de acordo com a orientação do controlador.

Bloqueio	É a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.
Encarregado de Dados ou Data Protection Officer ("DPO")	Pessoa física ou jurídica, pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, inclusive comunicando incidentes.
ANPD	Autarquia federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
Eliminação	Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.
Banco de Dados	Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
Uso compartilhado de Dados	Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão ou tratamento compartilhado de dados pessoais por órgãos e entidades públicos ou entre esses e entes privados, com autorização específica, para modalidades de tratamento permitidas.

Diretrizes seguidas pela Multicom

Este documento será revisado periodicamente para assegurar que reflita com precisão as atividades da Multicom e garanta que as práticas de proteção de dados pessoais estejam sempre alinhadas com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

São partes integrantes da Política de Privacidade, incluindo a Proteção de Dados Pessoais

- ☑ Elaborar, implantar e seguir por completo as políticas, normas e procedimentos de proteção dos dados pessoais, de modo a garantir os requisitos básicos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da Multicom, atingidos mediante a adoção de controle contra ameaças provenientes de fontes internas e externas;
- ☑ Disponibilizar políticas, normas e procedimentos, além de garantir a educação e conscientização sobre as práticas de proteção dos dados pessoais a todas as partes interessadas e autorizadas, tais como: colaboradores, prestadores de serviços, parceiros, estagiários, terceirizados, e, no que for aplicável, fornecedores e clientes;
- ☑ Atender integralmente à LGPD e aos requisitos de segurança da informação aplicáveis por outras legislações pertinentes e cláusulas contratuais específicas com parceiro de negócios;

- ☑ Tratar integralmente os incidentes de uso dos dados e/ou os de Segurança da Informação, para garantir que sejam devidamente registrados, classificados, investigados, tratados e, quando o for necessário, comunicados à ANPD, aos titulares dos dados e demais partes interessadas;
- ☑ Garantir a continuidade do negócio, adotando melhoria contínua e planos de ação com objetivos de segurança das informações e uso legal dos dados;
- ☑ Garantir integralmente que todos os princípios da LGPD, como finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas, estejam incorporados nos tratamentos de dados pessoais realizados pela Multicom

Garantir a Confidencialidade, a Integridade e a Disponibilidade das informações, adotando as melhores práticas de segurança da informação para proteger os dados pessoais de colaboradores, prestadores de serviços e parceiros. Promover um processo contínuo de melhoria e aprimoramento, visando assegurar a qualidade dos dados e a governança dos registros, em conformidade com as hipóteses legais previstas na LGPD. Os papéis e responsabilidades relacionadas a esta Política estão alinhados com as diretrizes da Política de Segurança da Informação e Privacidade da Multicom.

A Multicom como agente de tratamento

Controlador

A Multicom assume o papel de Controlador de dados pessoais e, como tal, institui mecanismos de proteção a esses dados, bem como estabelece os serviços para prover aos respectivos titulares e seus direitos, considerando: a confirmação do tratamento, acesso, possibilidade de atualização, portabilidade, dentre outras ações possíveis.

A Multicom, no papel de Controlador, trata dados pessoais de colaboradores internos, conforme legitimidade de tratamento prevista em lei. As operações de tratamento de dados pessoais são revisadas e formalizadas periodicamente ou quando necessário, observando cada etapa crítica em que os dados são coletados, armazenados, compartilhados, processados ou recebem tratamento de qualquer tipo. Dessa forma, é possível calcular riscos e implementar mecanismos de segurança de mitigação, com o propósito de evitar o uso inadequado dos dados e/ou minimizar possibilidades de vazamento de dados.

Operador

Em alguns casos, no desenvolvimento de suas atividades, a Muticom assume o papel de Operadora, atuando de acordo com as determinações com os limites legais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados e nos contratos entre os parceiros de negócio.

Dados pessoais tratados pela Muticom internamente

A Muticom **pode** tratar os seguintes tipos de dados pessoais:

- ☑ Dados cadastrais e de identificação oficial (como nome completo, documentação, estado civil, nacionalidade, naturalidade, filiação, nome e certidão de nascimento dos filhos, informações de escolaridade e de profissão, entre outros);
- ☑ Dados residenciais, telefone, e-mail;
- ☑ Dados de saúde;
- ☑ Dados necessários à realização do contrato de trabalho;
- ☑ Dados financeiros.

Finalidades para o tratamento de dados pessoais e sensíveis

A Muticom **pode** tratar os seguintes tipos de dados pessoais:

A realização de operações de tratamento de dados pessoais poderá ser realizada:

- ☑ Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
- ☑ Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- ☑ Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;
- ☑ Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais;
- ☑ Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- ☑ Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiros;
- ☑ Quando necessário para atender aos interesses legítimos da Muticom ou de terceiros.
- ☑ Para a proteção do crédito.

A Multicom registrará suas operações de tratamento de dados pessoais de acordo com as categorias de tratamento, cada uma descrita com base em sua(s) finalidade(s). Esses registros servirão como suporte para a avaliação periódica da conformidade com o quadro regulatório aplicável à proteção de dados pessoais.

Os registros das operações de tratamento de dados pessoais poderão ser consultados pelo titular dos dados pessoais, bem como por autoridades públicas competentes para o acesso e retenção dos dados em seu nome, resguardados os direitos do titular de dados pessoais.

A Multicom reconhece que o tratamento de dados pessoais sensíveis envolve riscos mais elevados para os titulares. Por essa razão, a organização compromete-se a adotar medidas de proteção e cuidados especiais ao tratar dados pessoais sensíveis, conforme definido no art. 5º, inciso II, da LGPD, incluindo dados financeiros, que para os fins desta política, serão tratados com o mesmo nível de proteção.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes serão tratados com o mesmo nível de cuidado destinado aos dados pessoais sensíveis. Além disso, estarão sujeitos às disposições estabelecidas no Capítulo II, Seção III, da LGPD, e outras normas aplicáveis.

A realização de operações de tratamento de dados pessoais sensíveis pela Multicom somente poderá ser realizada:

- ☑ **Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;**
- ☑ **Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para:**
 - O cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Multicom;
 - O exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
 - Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular de dados pessoais, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.

Do tratamento dos seus dados pessoais

A Multicom somente tratará dados pessoais de acordo com o disposto na LGPD. Apresentamos abaixo, de forma exemplificativa, as principais finalidades para as quais trataremos suas informações pessoais:

- ✔ Cumprimento de obrigação legal, como CLT, normas fiscais e contábeis;
- ✔ Gerenciamento de folha de pagamento;
- ✔ Colocação de dependentes no plano de saúde;
- ✔ Concessão de benefícios aos colaboradores internos;
- ✔ Realização de cadastro e sua manutenção atualizada;
- ✔ Realização de exame de saúde admissional, demissional e periódico;
- ✔ Identificar responsáveis e pessoas a serem contatadas em qualquer necessidade;
- ✔ Realização de campanhas internas de conscientização a respeito de segurança da informação, proteção de dados, privacidade, entre outros;
- ✔ Envio de materiais informativos;
- ✔ Avaliação de desempenho dos colaboradores internos;
- ✔ Realização de palestras, passagens de conhecimento e treinamentos.

Conforme a LGPD prevê em seu art. 7º, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado quando fundamentados em uma das bases legais descritas nos incisos I ao X. Os tratamentos indicados no item 7 desta política podem ocorrer pelas seguintes razões:

- ✔ O titular do dado pessoal consentiu com o tratamento;
- ✔ O tratamento do dado pessoal é necessário para a execução de um contrato no qual o titular está envolvido;
- ✔ Para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória;
- ✔ O tratamento do dado é do interesse legítimo do controlador ou de terceiros, dentro do desenvolvimento das atividades contratadas.

Dentro dos limites indicados pela LGPD, o titular do dado pessoal pode revogar o consentimento previamente concedido para o tratamento de seus dados. No entanto, a revogação não afeta a legalidade dos tratamentos realizados pela Multicom com base no consentimento antes de sua retirada.

A revogação do consentimento, quando aplicável, pode resultar em limitações na prestação dos serviços pela Multicom, além de potencialmente inviabilizar a manutenção do vínculo empregatício entre a empresa e seus colaboradores.

Do armazenamento, compartilhamento e transferência internacional dos dados

Os dados pessoais serão retidos pelo tempo necessário para cumprir a finalidade para a qual foram coletados, atender a requisitos legais e/ou regulatórios, ou, na ausência destes, por até 10 (dez) anos após o encerramento do contrato com a Multicom. Após esse período, os dados pessoais serão eliminados ou anonimizados, conforme o caso.

A Multicom dispõe de uma Tabela de Temporalidade de acordo com suas políticas internas e cumpre rigorosamente os prazos nela estabelecidos.

A Multicom mantém os dados pessoais de seus colaboradores internos de forma confidencial e segura, sem compartilhá-los, a título oneroso ou gratuito, em benefício próprio ou de terceiros, exceto nas seguintes situações:

- ✔ Com parceiros que auxiliam na prestação de serviços, essenciais para a execução adequada dos serviços oferecidos pela Multicom;
- ✔ Para cumprimento de obrigações legais ou regulamentares;
- ✔ Para proteger a segurança e integridade das operações da empresa;
- ✔ Com o objetivo de facilitar transações comerciais com nossos fornecedores ou distribuidores;
- ✔ Para a realização de pagamento.

Em todas as situações acima mencionadas, os dados pessoais tratados serão limitados ao mínimo necessário para atingir a finalidade proposta e prestar o serviço contratado, em conformidade com os princípios de proteção de dados estabelecidos pela LGPD.

A Multicom tem o compromisso de buscar em todas as suas relações com terceiros, desde fornecedores a parceiros comerciais, a verificação prévia de que estes possuem o mesmo nível de diligência e comprometimento em assegurar a proteção de dados e a privacidade dos titulares de dados pessoais.

Em alguns casos, a execução dos nossos serviços pode exigir o compartilhamento de dados pessoais para terceiros situados fora do território nacional, como, por exemplo, o serviço de armazenamento em nuvem das informações tratadas.

Nessas situações, como o exige a LGPD, a Multicom enviará os melhores esforços para medidas organizacionais, técnicas, contratuais e legais adequadas e suficientes para que a privacidade e os demais direitos dos titulares dos dados pessoais sejam respeitados e protegidos.

Direitos como titular de dados

A Multicom garante os direitos de privacidade e proteção de dados aos titulares de dados, reforçando mecanismos necessários de segurança e rastreamento de dados.

São direitos dos titulares dos dados pessoais, conforme disposição da Lei Geral de Proteção de Dados:

Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais

O titular tem o direito a obter do controlador, a qualquer momento e mediante requisição, informações sobre a existência de qualquer tratamento realizado com seus respectivos dados (art. 18, I da LGPD);

Acesso aos dados

O titular deve ter resguardado e viabilizado seu direito de ser informado e receber cópia dos dados pessoais detidos pela empresa, se assim o requisitar (art. 18, II da LGPD), de maneira compreensível.

Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados

O titular pode requerer a retificação de seus dados pessoais, quando estes estiverem incorretos, insuficientes, imprecisos, não expressem a completude das informações armazenadas ou careçam de atualização (art. 18, III da LGPD);

Anonimização, bloqueio ou eliminação

O titular de dados tem o direito de solicitar que seus dados sejam anonimizados, bloqueados ou que haja a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei (art. 18, IV da LGPD).

Portabilidade

O titular tem o direito de solicitar e transferir seus dados pessoais tratados pela empresa a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, por meios acessíveis e de maneira completa e compreensível (art. 18, V, LGPD).

Eliminação dos dados pessoais

O titular de dados pode requerer que seus dados sejam excluídos, de forma que a empresa deverá eliminar todos os dados coletados com relação a esse titular, a não ser que exista outra base legal para a manutenção desses dados (art. 18, VI, LGPD), ou que eles sejam usados exclusivamente pelo controlador, desde que anonimizados.

Informação sobre o compartilhamento

O titular de dados tem o direito de solicitar que seus dados sejam anonimizados, bloqueados ou que haja a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei (art. 18, IV da LGPD).

Informação sobre o não-consentimento

O titular de dados pode solicitar informações sobre a possibilidade e hipóteses de não fornecimento do consentimento, além de entender sobre as consequências da negMulticom (art. 18, VIII, LGPD).

Revogação do consentimento

O titular pode revogar, a qualquer momento, o consentimento anteriormente fornecido, por meio de manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado (art. 18, IX, LGPD). Observe-se que permanecem ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado, enquanto não houver requerimento de eliminação. Ademais, o titular deve ser claramente informado a respeito dos impactos da negMulticom do consentimento na prestação dos serviços por ele pretendidos.

Oposição

O titular de dados pode se opor ao contexto do tratamento de dados e/ou às finalidades do tratamento, incluindo tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa do consentimento (art. 18, §2º, LGPD).

Revisão

O titular de dados pode pedir revisão das decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade (art. 20, caput de LGPD).

Informação sobre o tratamento automatizado

O titular de dados pode pedir informações a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada. Tais informações, a serem oferecidas pelo controlador, deverão apresentar clareza e adequação com o que foi solicitado (art. 20, §1º, LGPD).

Para exercer qualquer um desses direitos, você pode realizar uma solicitação por meio do e-mail si@multicom.net.

O atendimento da solicitação não é automático e o caso precisa ser avaliado frente à LGPD e outras leis e regulamentações aplicáveis. O prazo legal para resposta é de 15 (quinze) dias corridos, a contar do requerimento do titular.

Deveres específicos dos colaboradores da Multicom

É dever de cada colaborador garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais com os quais trabalham. Os colaboradores desempenham um papel crucial na proteção desses dados e são responsáveis por cumprir rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação (PSI) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para tanto, cada colaborador deve:

- ✔ Participar regularmente treinamentos sobre práticas seguras de manipulação de dados;
- ✔ Relatar imediatamente qualquer incidente de segurança que possa comprometer a integridade, confidencialidade ou disponibilidade dos dados
- ✔ Aderir às políticas e procedimentos internos da Multicom.
- ✔ Assegurar que qualquer acesso, uso, compartilhamento ou armazenamento de dados pessoais seja realizado de acordo com os princípios da LGPD, visando proteger a privacidade dos titulares dos dados.
- ✔ Não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos pela Multicom para quaisquer pessoas não autorizadas ou competentes de acordo com as normas da organização.
- ✔ Obter a autorização necessária para o tratamento de dados e ter os documentos necessários que demonstrem a designação de sua competência para a realização da operação de tratamento de dados lícita, nos termos do arcabouço normativo da Multicom.
- ✔ Cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação publicadas pela organização (ex. Política de Segurança da Informação, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação, orientações de gestão de senhas, dentre outras).

O compartilhamento de dados pessoais é permitido somente quando estritamente necessário e sempre em conformidade com a finalidade e base legal aplicáveis, observando o princípio da necessidade. O tratamento de dados pessoais deve estar sempre alinhado ao desenvolvimento de atividades autorizadas pela organização e ser conduzido de forma a minimizar riscos e garantir a proteção dos direitos dos titulares.

Do Encarregado de dados | DPO – *Data Protection Officer*

Atendendo disposição do artigo 41, § 1º da LGPD e Resolução CD/ANPD N° 18 DE 16 JULHO DE 2024, a Multicom publiciza seu Encarregado de Dados:

👤 **Encarregado de Dados ["DPO"]**
Etelvino Santos

✉ **Canal de Comunicação [EMAIL]**
si@multicom.net

O Encarregado deverá ser notificado pelo canal oficial acima indicado, que permanece à disposição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e dos titulares, para auxiliar na chancela de seus direitos.

Segurança dos dados e classificação das informações

Utilizamos todas as medidas de segurança física, técnica e organizacional adequadas para garantir a proteção dos seus dados pessoais durante todo o ciclo de vida que percorrem dentro da empresa.

A área Segurança da Informação é responsável por avaliar as diretrizes de segurança seguidas pela empresa, além de testar, periodicamente, se nossos controles são funcionais e eficazes, identificando falhas ou vulnerabilidades para mitigar quaisquer danos.

A Multicom possui em seu arcabouço diretrizes específicas de Classificação da Informação alinhada à PSP, e que tem como objetivo estabelecer direcionamento para a proteção das informações manipuladas, tratadas pela Multicom, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida, desde o manuseio, armazenamento, envio/transporte e descarte.

Monitoramento

A Multicom possui monitoramento através de câmeras instaladas em seus ambientes comuns e áreas profissionais.

O acesso às gravações é permitido através de prévia aprovação da Alta Gestão da Multicom e também pelas áreas de Segurança e Tecnologia. Tratamentos de exceção podem existir, porém com abordagem na análise de risco, formalizado e aprovado pela diretoria em gestão.

Normativas aplicáveis

Essa Política de Privacidade será interpretada de acordo com a legislação brasileira, com destaque para as seguintes normas:

- ☑ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- ☑ Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- ☑ Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;
- ☑ Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- ☑ Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e
- ☑ Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.
- ☑ As diretrizes de Segurança da Informação foram baseadas em frameworks de reconhecimento internacional:
 - ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022;
 - ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019;
 - ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022.

Da melhoria contínua | revisões e aprovações

A Política de Privacidade será revisada anualmente ou sempre que necessário, para refletir novas determinações normativas, mudanças nas atividades da empresa, ou evoluções no mercado.

O compromisso da Multicom com a proteção de dados é contínuo e fundamentado nos princípios da Segurança da Informação (SI) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). São implementados processos rigorosos de monitoramento para garantir que estejam atualizadas e em conformidade com as melhores práticas do setor, seja através de treinamentos regulares, investimentos em tecnologia e auditorias periódicas. A empresa visa continuamente aprimorar as medidas de proteção, com objetivo de assegurar que os dados pessoais sejam tratados com o mais alto nível de segurança, garantindo transparência e confiança nas operações.